



Moreira Matiz/Agência Senado



Mudança no superávit primário vai para sanção

Destaque que não havia sido apreciado na semana passada foi votado ontem. Pelo texto, governo pode retirar da meta de economia gastos com o PAC e isenções tributárias

Projeto aprovado dividiu parlamentares governistas e opositoristas. Para os deputados e senadores da base aliada, mudança permitirá à presidente Dilma Rousseff obter equilíbrio fiscal sem provocar

desemprego. Na avaliação da oposição, governo foi irresponsável ao gastar mais do que arrecadou. Com a proposta sancionada, mesmo que feche o ano com déficit primário, o governo não terá descumprido a meta da LDO. **12**

Deputados e senadores reunidos ontem para concluir a votação sobre superávit primário: projeto foi aprovado e agora vai para a sanção da presidente Dilma Rousseff

Em 2013 e 2014, Senado economizou R\$ 530 milhões 2

Relatório final da CPI Mista da Petrobras será divulgado hoje 4

Proposta prevê até dois anos de prisão para trote violento 6

Transparência em tarifas de ônibus passa em comissão 5

Setor de saúde poderá receber investimentos estrangeiros 9



Genardo Magela/Agência Senado

Em audiência no Congresso, Tombini (C) negou a existência de pressão política para elevar juros

Tombini: inflação atingirá meta em 2016

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, manifestou em audiência a expectativa de que o trabalho do órgão e o esfor-

ço fiscal do governo permitam a redução da inflação até que atinja, em 2016, o centro da meta de 4,5%, fixada pelo governo. **11**

Emenda permite acordo fiscal entre estados

Vai a Plenário, com urgência, projeto que permite convênios entre estados e Distrito Federal com a União para legalizar acordos fiscais contrários à Constituição. As regras serão estabelecidas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária. **3**

Aprovado imposto menor para reúso de água 7

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Teste da linguinha obrigatório em recém-nascidos
Lei 13.002/2014



LIBERDADE PARA NOSSAS LÍNGUAS!

O teste da linguinha nos recém-nascidos será obrigatório nas maternidades de todo o país.

O Senado aprovou a Lei 13.002, que determina a todas as maternidades a realização do teste da linguinha a partir de 23 de janeiro de 2015. Com ele, o médico vai determinar se a criança tem língua presa, o que pode prejudicar a fala e a amamentação.

O teste é mais uma conquista para uma saúde pública eficiente e um futuro mais seguro para as nossas crianças.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Senado Federal | SACOM | Publicidade e Marketing

Senado poupa R\$ 530 milhões e aumenta investimentos

Economia foi feita ao longo de 2013 e 2014 e permitiu à Casa dispensar pela segunda vez na história suplementação orçamentária. Apesar de cortes, investimento triplicou nos últimos quatro anos

NA SESSÃO PLENÁRIA de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, relatou aos colegas que a Casa economizou R\$ 530 milhões em 2013 e 2014. Ele acrescentou que, mesmo assim, foram triplicados os investimentos. Segundo o presidente, a mudança foi possível graças a medidas tomadas pela Mesa, além da venda da folha de pagamento do Senado ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, por um total de R\$ 100 milhões.

— São cortes significativos que foram feitos pela Mesa Diretora. Como todos sabem, não foram fáceis. Esta Mesa fez grandes e pequenas alterações, mas todas igualmente com as mesmas dificuldades — disse Renan.

Segundo o presidente, em 2014, pela segunda vez na história da República, o Senado não usará suplementação orçamentária. Em 2013, de acordo com Renan, foram devolvidos R\$ 285 milhões. Em 2014, o montante deve ser semelhante. Em valores corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação, a execução orçamentária caiu de R\$ 3,81 bilhões em 2010 para R\$ 3,05 bilhões em 2014, quase R\$ 800 milhões a menos.

A economia foi feita com medidas como a redução dos contratos de mão de obra terceirizada, cujo valor, corrigido pelo IPCA, caiu de R\$ 221 milhões em 2010 para R\$ 169 milhões em 2014. Também

foram cortadas despesas com horas extras, correio, verba indenizatória, diárias e passagens. Além disso, o Senado reduziu pela metade o uso de papel desde 2012 e também o consumo de água e energia elétrica.

Apesar dos cortes, ressaltou Renan, os investimentos cresceram: de R\$ 22 milhões em 2010, passaram a R\$ 67 milhões neste ano. Ele anunciou que, na terça-feira, será apresentada uma prestação de contas da Mesa do Senado. A propósito da transparência na gestão da Casa, Renan lembrou que uma avaliação da Fundação Getúlio Vargas apontou que o Senado respondeu a 100% das consultas feitas com base na Lei de Acesso à Informação.



Simon autografa no Senado exemplares do livro *Entrevistas*, lançado ontem

Livro reúne principais entrevistas de Simon a jornais e programas de TV

Foi lançada ontem uma coletânea de entrevistas de Pedro Simon (PMDB-RS) a jornais, revistas e programas de TV desde 1978, quando foi eleito senador pela primeira vez, pelo MDB.

O livro *Entrevistas*, editado pela Gráfica do Senado, traz depoimentos em momentos marcantes, como a campanha Diretas Já e as manifestações populares de junho de 2013.

— Chego ao final de uma longa caminhada. Foram 60 anos de mandato e atuei com

muito respeito. Hoje estamos iniciando um grande momento na vida brasileira, pois a sociedade está avançando. Aos poucos, o Brasil será aquele que sonhamos — disse Simon.

Eunício Oliveira (PMDB-CE), que falou em nome do presidente do Senado, Renan Calheiros, classificou Simon de “o maior de todos os tempos”. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) chamou o colega de “dom Quixote”.

Simon deixa o Senado em 31 de janeiro.

A economia feita pelo Senado

	2010	2011	2012	2013	2014
Despesa (execução orçamentária) (em R\$ bilhões)	3,811	3,901	3,723	3,523	3,056
Mão de obra terceirizada (em R\$ milhões)	221,688	218,042	215,773	178,088	169,905
Horas extras (em R\$ milhões)	63,726	11,713	12,472	9,286	4,908
Gasto com correio (em R\$ milhões)	16,644	11,110	12,934	9,188	2,593
Verba indenizatória (em R\$ milhões)	18,887	26,021	30,969	29,596	20,962
Diárias e passagens (em R\$ milhões)	16,225	11,431	7,033	5,028	2,839

Valores corrigidos pelo IPCA

	2010	2011	2012	2013	2014
Despesa (execução orçamentária) (em R\$ bilhões)	3,014	3,267	3,321	3,326	3,056
Investimentos (em R\$ milhões)	28,091	21,175	19,046	22,115	66,680

Valores nominais

	2012	2013	2014
Consumo de papel A4 (em resmas)	3.321	3.326	3.056
Consumo de energia elétrica (em KW/h)	19.046	22.115	66.680
Consumo de água (em m³)	3.321	3.326	3.056

Pesquisa traz indicador para agilizar julgamentos de tribunais superiores

Ex-consultor do Senado e ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas lançou ontem, na Biblioteca do Senado, livro com os resultados de pesquisa que ajuda a desafogar tribunais superiores. De acordo com o ministro, a pesquisa mostra os contornos teóricos para um novo perfil dos recursos dirigidos ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos últimos anos.

— O atual Código de Processo Civil dá ao juiz uma agulha e um carretel de linha e pede que fabrique roupas em escala. Isso era possível na década de 70, quando o código foi editado — exemplifica.

O livro *Teoria dos Recursos Repetitivos* traz uma versão da tese de doutorado do autor, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Diversas autoridades estiveram presentes, entre elas, o mi-

nistro do STJ e corregedor-geral da Justiça Federal, Humberto Martins.

— Com os recursos repetitivos, essas questões vão terminar em tribunais de segundo grau, evitando o congestionamento dos tribunais superiores — afirmou Martins.

O ministro Augusto Nardes, presidente do TCU, abordou o atraso nos procedimentos e disse que o problema pode ser resolvido com a comunicação e a diminuição da burocracia.

— Nós temos que melhorar a administração pública como um todo e isso também no Judiciário. Existem situações esdrúxulas, que podem ser vistas em toda a estrutura do Judiciário brasileiro. Por exemplo, decisões que se contradizem com decisões de outros Poderes. Não existe uma comunicação entre os diversos Poderes que estão estabelecidos — explicou Nardes.

Trajetória de Sarney é tema de exposição que começa hoje

José Sarney: o homem, o político, o escritor é o título da exposição na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, com o apoio da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado, que vai de hoje até o dia 25. Por meio de fotografias, livros e textos, a mostra aborda as seis décadas de vida pública e os 84 anos do político maranhense.

Na abertura da exposição, hoje, será lançado o livro *As Batalhas na Guerra da Transição Brasileira — Sarney, democracia e liberdade*, do jornalista Frota Neto. A obra, publicada pela Editora Rígel & LivrosBrasil, trata principalmente da elaboração da Constituição de 1988, quando Sarney era presidente da República.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Código de Processo Civil

11h Votação do novo Código de Processo Civil. Às 14h, pauta inclui a PEC 32/2010, sobre o Tribunal Superior do Trabalho.

PRESIDÊNCIA Comissão da Verdade

10h Renan Calheiros participa de cerimônia de posse no TCU. Às 11h, de sessão para análise do projeto do novo CPC. Às 15h, participa de reunião de líderes e, depois, recebe relatório da Comissão Nacional da Verdade. Às 16h, preside a ordem do dia e, às 18h30, abre a exposição *José Sarney: o homem, o político, o escritor*.

CI Revista Em Discussão!

7h30 Lançamento da 23ª edição da revista *Em Discussão!*. Depois, análise de anteprojeto do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura.

CAS Saúde da mulher

9h Avaliação da política nacional de assistência integral à saúde da mulher e discussão de dez itens da pauta.

CCJ Código Penal

9h Na pauta, dois projetos de tramitação conjunta sobre a reforma do Código Penal brasileiro. Às 10h, a comissão volta a se reunir para discutir 43 itens.

CDR Estruturação do turismo

9h Inauguração da galeria de ex-presidentes e exame do relatório sobre estruturação dos destinos turísticos brasileiros.

CE Tráfico de drogas

10h Audiência pública interativa para instruir o PLC 37/2013, que prevê aumento das penas para traficantes e permite a internação involuntária do usuário de drogas.

CMO Orçamento 2015

10h Votação do parecer da proposta orçamentária de 2015. Às 14h30, apreciação de relatórios apresentados ao projeto de LDO e, às 18h, reunião para concluir votação.

CDH Relatório

11h30 A comissão apresenta relatórios do segundo semestre de 2014 e do biênio 2013–2014. Na segunda parte da reunião, discute pauta com 13 itens.

CONSOLIDAÇÃO DE LEIS Terra indígena

14h A comissão de consolidação da legislação federal apresenta relatórios sobre demarcação de terras indígenas.

MEDIDA PROVISÓRIA Três comissões

14h Instalação da comissão que analisará a MP 660 e reunião da comissão da MP 656. Às 14h30, reunião da comissão da MP 658, que adia para julho de 2015 a entrada em vigor da Lei das ONGs.

CPMI DA PETROBRAS Relatório final

14h30 A comissão que investiga denúncias de desvios de recursos públicos na Petrobras apresenta relatório final.

CRA Crédito rural

14h30 Avaliação de políticas públicas sobre crédito rural no país e sobre recursos hídricos para a região semiárida nordestina.

PARLASUL Reunião

14h30 A Representação Brasileira no Parlasul tem reunião deliberativa com dez itens na pauta.

BIBLIOTECA Exposição e livro

18h30 Abertura da exposição *José Sarney: o homem, o político, o escritor* e lançamento de livro do jornalista Frota Neto.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Nova regra aprovada por comissão permite que estados e o Distrito Federal negociem acordos, em bloco, com a União para legalizar incentivos fiscais contrários à Constituição

Rejeitadas emendas ao projeto sobre guerra fiscal

AO APROVAR RELATÓRIO de Luiz Henrique (PMDB-SC), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou ontem 14 emendas de Plenário ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 130/2014 — Complementar, que permite aos estados e ao Distrito Federal a legalização de incentivos fiscais questionados em ações no Supremo Tribunal Federal (STF). A rejeição das emendas foi negociada pelo relator com integrantes do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Substitutivo apresentado por Luiz Henrique ao projeto original, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), permite aos estados e ao Distrito Federal a celebração de convênios para a remissão (perdão) dos créditos tributários criados em desacordo com a Constituição. Ao mesmo tempo, faculta a recriação desses benefícios.

Atualmente, qualquer convênio com esse objetivo requer a adesão dos 27 secretários estaduais de Fazenda. A nova regra, aplicável apenas às convalidações, torna válido o convênio que tiver a assinatura dos representantes de dois terços dos estados e um terço das

unidades federadas integrantes de cada uma das cinco regiões do país.

Além de rejeitar as emendas, a CAE acolheu pedido de urgência para que a proposta seja votada logo pelo Plenário do Senado. Se aprovado, o projeto ainda será examinado pela Câmara dos Deputados.

Negociação

Vários senadores, como Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Waldemir Moka (PMDB-MS), Ana Amélia (PP-RS), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Blairo Maggi (PR-MT) e Humberto Costa (PT-PE), destacaram o sucesso da negociação conduzida pelo relator em busca de um acordo entre os estados.

Entretanto, o relatório teve votos contrários de Eduardo Suplicy (PT-SP) e de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Para esses parlamentares, a convalidação dos incentivos deveria integrar um conjunto de outras ações relacionadas ao tema, como a redução das alíquotas interestaduais do ICMS.

O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), também declarou-se favorável



Negociação feita pelo relator, Luiz Henrique, permitiu que projeto de autoria de Lúcia Vânia fosse aprovado sem emendas

à discussão conjunta dos temas do ICMS, mas considerou a aprovação da proposta avanço do debate no Senado. O senador acredita que haverá tempo suficiente para uma discussão sobre o assunto com a futura equipe econômica da presidente Dilma Rousseff.

Alvaro Dias (PSDB-PR) votou a favor do projeto, mas considerou a solução longe do que o país realmente precisa em termos de tributação. Para ele, o sistema tributário é

ultrapassado e anarquizado em razão das tentativas isoladas de aprimorá-lo.

— No sistema presidencialista, as reformas essenciais só ocorrerão por iniciativa de quem preside o país — disse o senador.

Porém, a maioria dos integrantes da CAE concordou com o argumento do relator quanto aos riscos de o STF colocar em pauta brevemente a Proposta de Súmula Vinculante 69, que considera inconstitucionais os

incentivos fiscais relativos ao ICMS concedidos sem prévia aprovação do Confaz. A autora, Lúcia Vânia, esclareceu que o projeto visa solucionar uma situação de grave insegurança jurídica que ameaça a economia da maioria dos estados brasileiros.

Nova emenda

Romero Jucá (PMDB-RR) apontou uma lacuna no projeto que, segundo o senador, poderá comprometer o objetivo e defendeu a aprovação de emenda declarando “remitidos e anistiados” os créditos de ICMS vinculados a incentivos fiscais ou financeiros no contexto da guerra fiscal.

Sem essa emenda, na avaliação do senador, corre-se o risco de permitir a continuidade das discussões administrativas e judiciais da recusa de créditos dos estabelecimentos recebedores das mercadorias. Segundo ele, seria resolvida a situação futura, mas mantido o problema do passado.

Como essa emenda não foi aceita pelo relator, Jucá prometeu retomar a discussão durante a votação do projeto em Plenário. Uma das possibilidades é a apresentação de um destaque para permitir a votação separada da emenda.

Convalidação deverá seguir regras estabelecidas pelo Confaz

O substitutivo apresenta algumas condições para a convalidação. Uma delas é a publicação, nos diários oficiais dos estados e do Distrito Federal, da relação de todos os atos normativos referentes a isenções, incentivos e benefícios fiscais. Além disso, determina o depósito, na secretaria-executiva do Confaz, de todos os documentos relativos a essas operações, sob pena de tê-las revogadas.

Pelo substitutivo, os estados e o DF poderão prorrogar os incentivos fiscais desde que sejam cumpridos alguns prazos-limite para as empresas tirarem proveito dos benefícios: 15 anos para atividades agropecuárias

e industriais e investimentos em infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte urbano; 8 anos para manutenção ou incremento de atividades portuárias e aeroportuárias vinculadas ao comércio internacional; e 3 anos para operações interestaduais com produtos agropecuários e de extrativismo vegetal in natura.

O substitutivo tira do caminho restrições da Lei Complementar 101/2000, como a Lei de Responsabilidade Fiscal. Também evita a obrigatoriedade de compensação pela perda de receita de benefício fiscal, como aumento ou criação de tributo.

Ana Amélia quer compensação financeira para estado e município

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem relatório de Ana Amélia (PP-RS) sobre a avaliação de políticas públicas. O documento recomenda a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição que obriga a União a compensar financeiramente os demais entes federados sempre que adotar a concessão de subsídio, isenção e redução de base de cálculo ou de alíquota sobre impostos ou contribuições compartilhadas.

De autoria de Aécio Neves (PSDB-MG), a PEC 31/2011 fixa obrigação semelhante dos estados em relação aos municípios. A proposta já recebeu

parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O documento sugere ainda a aprovação do PLS 184/2010, do ex-senador Tião Viana, que altera o método de cálculo dos coeficientes individuais de participação no FPM — Interior (subdivisão do Fundo de Participação dos Municípios).

Ana Amélia recomenda também que o Senado solicite ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estudos que estimem os impactos das proposições que disponham sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios nas cotas-parte devidas aos demais municípios.

Senadores estreiam novos painéis de votação do Plenário

A sessão de ontem marcou a estreia dos novos painéis de votação do Plenário do Senado. O sistema faz a transmissão ao vivo da TV Senado, registra a orientação das lideranças e publica os resultados em tempo real. Além disso, garante maior acessibilidade nas votações: parlamentares com necessidades especiais poderão votar com um piscar de olhos ou mesmo com os pés.

— O terminal de votação do Senado terá teclas com relevo em braile e exibirá o voto do parlamentar, que em seguida

o confirmará, evitando os casos em que senadores e deputados votam incorretamente por acidente — explicou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) parabenizou o presidente e o Senado pela modernização. Ela elogiou o novo painel da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), também inaugurado ontem, que deve reduzir o volume de papel.

— Além de modernização e facilitação do trabalho, temos redução da despesa — disse.

Walter Pinheiro (PT-BA)

ressaltou a participação dos servidores na implantação do novo painel e afirmou:

— O painel realça agora a nossa capacidade de inovar e possibilita ao cidadão ter acesso mais rápido às decisões da Casa.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse não ter sido instruído sobre como utilizar o sistema.

— O Senado muda as coisas e ninguém ensina. Como é que tem que votar? — questionou ele, que foi orientado por Renan a confirmar o voto para que ele fosse contabilizado.



Sistema publica resultados em tempo real e garante maior acessibilidade

Um documento paralelo pode ser apresentado pela oposição, que cobra a responsabilização de agentes públicos e políticos. Relator diz que vai seguir eixos temáticos originais

CPMI da Petrobras divulga relatório final hoje

A OPOSIÇÃO NA CPI Mista da Petrobras só deve decidir sobre a apresentação de um relatório alternativo após avaliar o texto do deputado Marco Maia (PT-RS), que será apresentado hoje, a partir das 14h30. O relatório de Maia deve ser limitado devido à negativa de acesso da comissão ao conteúdo da delação premiada do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa.

— Se não apontar os eixos centrais desse escândalo, inclusive a participação no esquema de agentes públicos e políticos, vamos apresentar o nosso relatório. Não é possível, por exemplo, que a CPI não aponte a responsabilidade do Conselho de Administração da Petrobras, que avalizou diversos negócios fraudulentos — declarou o líder do PPS, Rubens Bueno (PR).

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), lembrou que os relatórios paralelos em comissões parlamentares de inquérito já

são uma tradição. Para ele, no entanto, a atitude da oposição é o “terceiro tempo” da campanha eleitoral.

— Acho que vai ser mais uma disputa política de uma oposição que perdeu completamente o senso de que foi derrotada e quer prolongar a disputa eleitoral indefinidamente — disse.

Conteúdo

O deputado federal Afonso Florence (PT-BA), que nas últimas semanas ocupou interinamente a relatoria da CPI mista, disse que o texto vai tratar dos quatro eixos de investigação definidos no início dos trabalhos: a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, denúncias de pagamento de propina a funcionários da Petrobras, falta de segurança em plataformas e superfaturamento na construção de refinarias.

Humberto Costa, por sua vez, reconheceu que o relatório deve ter limitações por



Humberto Costa admitiu que o relatório pode ser limitado pela falta de acesso da CPI a depoimentos em delação premiada

duas razões. A primeira é que as atividades da CPI coincidiram com as investigações conduzidas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal na Operação Lava-Jato. Além

disso, há o fato de a comissão não ter tido, até agora, acesso ao conteúdo da delação premiada dos principais personagens: o ex-diretor Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef.

O líder do PT explicou, porém, que os documentos enviados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público poderão permitir que a CPMI da Petrobras sugira indiciamentos e proponha mudanças legislativas contra a corrupção.

— Podemos discutir o conteúdo de alguma proposta para enfrentar o problema

crônico da corrupção e do financiamento de campanhas no Brasil — afirmou.

Comissão do Senado

Enquanto a CPMI prepara o relatório final, não havia sido marcada, até ontem, a apresentação do relatório final da CPI da Petrobras exclusiva do Senado. O relator da comissão, senador José Pimentel (PT-CE), não mencionou datas, mas lembrou que as atividades no Congresso se encerram apenas em 22 de dezembro, havendo tempo para a discussão de um relatório.

CPI do Metrô é arquivada sem se reunir

Foi lido no Plenário ontem comunicado de que a CPMI do Metrô foi arquivada sem a apresentação do relatório final. O prazo de funcionamento da comissão encerrou-se em 3 de dezembro,

mas o colegiado nem sequer escolheu presidente e relator.

A CPMI do Metrô foi instalada em agosto como uma resposta da base governista à CPMI da Petrobras. O objetivo era investigar denúncias

de formação de cartel, corrupção e outros ilícitos em contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrô em São Paulo e no DF, com o uso de recursos federais.

João Vicente se despede após 8 anos no Senado



João Vicente Claudino (PTB) despediu-se ontem do Senado, onde representou por oito anos o Piauí. O trabalho dele, frisou, foi de garantir recursos para ampliar os investimentos no estado e melhorar a qualidade de vida da população.

O senador ressaltou que o Piauí sempre esteve acima de todos os interesses.

— O que era o desejo de um cidadão se tornou, na política, a causa mais importante dos meus dias e das minhas decisões: trabalhar incansavelmente pelo povo do Piauí — afirmou.

Ele recebeu cumprimentos dos senadores Ana Amélia (PP-RS), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Ataídes Oliveira (Pros-TO), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Magno Malta (PR-ES) e Walter Pinheiro (PT-BA).

Suplicy defende regularização de quilombo em SP



Eduardo Suplicy (PT-SP) apelou às autoridades federais e estaduais para que regularizem a situação do quilombo da Fazenda Picinguaba, em Ubatuba (SP). Segundo ele, existe amparo legal para a titulação do território, que foi anexado ao Parque Estadual da Serra do Mar.

O senador, que esteve no quilombo no fim de novembro e conversou com os moradores, disse esperar que o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, confirme a disposição de contribuir para a busca de um acordo pacífico.

— Atualmente existem famílias que residem há mais de 50 anos no local. Essa relação é de caráter cultural e se deu sempre de forma consciente e respeitosa, contribuindo para a preservação da fauna e da flora — relatou Suplicy.

Vanessa celebra 50 anos do Serpro e destaca inovações

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) saudou os 50 anos do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa pública criada em 1964 para modernizar setores estratégicos do governo.

Ela afirmou que a empresa é uma das maiores organizações públicas de tecnologia da informação no mundo e destacou que foi o Serpro que criou soluções importantes, como o Imposto de Renda via internet, a nova carteira de habilitação e o novo passaporte.

Vanessa comentou que, como presidente da CPI da Espionagem, esteve no Serpro e conheceu o esforço dos servidores para garantir o desenvolvimento do país, com segurança e proteção a informações importantes.

— Quando a gente o avanço da tecnologia, mas com a bisbilhotagem por outras nações, é que percebe o quanto é importante uma empresa pública de tecnologia da informação.

Amorim lamenta posição do país em avaliação de alunos



Eduardo Amorim (PSC-SE) chamou a atenção, ontem, para o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), que mostra o Brasil na 38ª posição entre 44 países.

O Pisa analisa habilidades como leitura, ciências e matemática. O resultado apontou que apenas 2% dos estudantes brasileiros conseguiram resolver problemas de matemática mais complexos.

Segundo o senador, os estudantes, principalmente os da rede pública, enfrentam dificuldades na competição por uma vaga no ensino superior.

— Como conseguir estudar numa escola degradada, destruída, onde muitas e muitas vezes você olha para o teto e você vê ali o teto quase que caindo? — questionou Amorim.

Aloysio critica forma como novo CPC foi aprovado



Aloysio Nunes (PSDB-SP) criticou a forma como foi aprovado o projeto do novo Código de Processo Civil (PLS 166/2010).

Segundo o senador, a reunião da comissão para votação do relatório de Vital do Rêgo (PMDB-PB) foi aberta, com número regimental de parlamentares, em 27 de novembro, mas acabou suspensa. A retomada da reunião ocorreu em 4 de dezembro e o texto foi aprovado com a presença apenas do presidente da comissão, José Pimentel (PT-CE), e do relator.

Aloysio disse ter apresentado emenda a projeto de reforma do Regimento Interno do Senado para determinar que, em caso de suspensão de reunião de comissão, a reabertura deve ocorrer no mesmo dia — caso contrário, ela será encerrada automaticamente.

Texto aprovado em comissão obriga a divulgação de planilhas sobre aumentos de tarifas de ônibus. O autor, Ivan Valente, informa que são poucas as cidades do país que publicam esses dados atualmente



Medida permitirá discussão sobre o impacto tarifário de demandas por melhoria no transporte, acredita relator do projeto

Aprovada transparência para aumento de ônibus

PROJETO QUE TORNA obrigatória a divulgação das planilhas que embasam reajustes e revisões de tarifa de transporte público coletivo foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). O texto segue com urgência para exame no Plenário.

De autoria do deputado Ivan Valente (PSOL-SP), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 50/2013 modifica a Lei 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Essa lei já prevê como diretriz a transparência da estrutura tarifária e publicidade da revisão da tarifa.

Com o projeto, o autor quer explicitar na lei a obrigação para que seja dada publicidade aos elementos que levaram a reajustes, revisões ordinárias ou revisões extraordinárias das tarifas. A Lei 12.587/2012 fala genericamente de “transparência” e “fácil compreensão do sistema tarifário pelo usuário”, mas só é mais específica

em suas exigências ao tratar dos aumentos extraordinários de tarifas: “O poder público poderá, em caráter excepcional e desde que observado o interesse público, proceder à revisão extraordinária das tarifas, por ato de ofício ou mediante provocação da empresa, caso em que esta deverá demonstrar sua cabal necessidade, instruindo o requerimento com todos os elementos indispensáveis e suficientes para subsidiar a decisão, dando publicidade ao ato”, diz a lei no parágrafo 12 do artigo 9º.

Ivan Valente observa que são poucas as cidades que hoje divulgam informações que justifiquem aumento de tarifa, o que provoca nos usuários desconfiança quanto à lisura da atuação do poder público.

Com a proposta, ele quer tornar essa divulgação de dados uma obrigação das prefeituras. O autor também modifica a lei para estabelecer como direito

do usuário do transporte coletivo acesso, em linguagem clara e de fácil compreensão, à fundamentação utilizada pelo poder público para justificar o aumento.

Para o relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a medida permitirá a discussão do impacto tarifário das demandas de usuários por melhorias no serviço e de motoristas e cobradores por melhores salários.

— Essa matéria é um reclame das manifestações de junho do ano passado — assinalou o senador, se referindo aos protestos que eclodiram no país, inicialmente para contestar aumentos de ônibus.

Ao relatar problemas enfrentados pelos rondonienses, Ivo Cassol (PP-RO) lamentou a falta de transparência nos reajustes. Eduardo Amorim (PSC-SE) juntou-se ao coro.

— A falta de transparência é irmã siamesa da corrupção — disse o senador.

Câmara acata nome de Vital ao TCU

O Plenário da Câmara aprovou ontem a indicação de Vital do Rêgo (PMDB-PB) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Foram 313 votos a favor, 8 contra e 8 abstenções. A indicação será promulgada pelo Congresso.

O cargo de ministro do TCU é vitalício, sendo limitado apenas pela idade de aposentadoria compulsória do serviço público (70 anos). Dos nove ministros que integram o tribunal, três são indicados pela Presidência da República, sendo dois entre auditores e integrantes do Ministério Público junto ao tribunal; três pela Câmara; e três pelo Senado.

Vital exerce o primeiro mandato no Senado. Ele é presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e das duas CPIs que investigam denúncias de

irregularidades na Petrobras — uma mista e outra exclusiva do Senado. Ele também ocupa a função de corregedor do Senado.

Natural de Campina Grande (PB), Vital é filho do ex-deputado federal Antônio Vital do Rêgo e da atual deputada federal Nilda Gondim (PMDB-PB).

Ele é formado em direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e em medicina pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Começou a carreira parlamentar como vereador em 1988, passando a deputado estadual de 1994 a 2006, quando se elegeu deputado federal.



Indicado pelo Senado, Vital do Rêgo iniciou a vida pública como vereador

Revendas de automóveis terão de informar situação dos veículos

Empresas que vendem automóveis e motocicletas, novos ou usados, serão obrigadas a informar ao comprador a situação de regularidade dos veículos e os tributos incidentes na transação, se for transformado em lei o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 49/2014, aprovado hoje pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O texto, que segue para o Plenário, determina que, no contrato de compra e venda, constem informações sobre furto, multas, débitos ou qualquer outro registro que limite ou impeça a circulação do veículo.

A empresa que descumprir a regra terá de arcar com tributos, taxas e multas incidentes sobre o veículo. Também terá que restituir o valor pago pelo comprador, no caso de o veículo ter sido objeto de furto.

O relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), apresentou emendas para ajustar o texto.

— A proposição é oportuna e acolhe princípios no Código de Defesa do Consumidor, estabelecendo regras de conduta às agências que operam na comercialização de veículos automotores a fim de que se proteja o consumidor — disse o senador ao defender o projeto, de autoria do deputado Fábio Faria (PSD-RN).

Vetada redução da contribuição patronal no trabalho doméstico

A presidente da República, Dilma Rousseff, vetou integralmente projeto de lei que reduzia a contribuição previdenciária para patrões e empregados domésticos (PLS 161/2009).

O texto vetado reduzia os encargos trabalhistas para quem tem empregada doméstica. Dos atuais 12%, os patrões passariam a pagar para o INSS 6% do valor do salário. Os empregados, que hoje pagam entre 8% e 11%, também passariam a pagar 6%.

Na justificativa do veto, Dilma diz que o projeto contraria o interesse público. Com a mudança, o governo deixaria de recolher cerca de R\$ 600 milhões por ano, o que, segundo o veto, “não é condizente com o momento econômico atual”.

Na justificativa do veto, a Presidência defende que os ajustes tributários ao trabalho doméstico devem ser feitos por meio da aprovação do projeto de lei complementar que regulamenta a chamada PEC das Domésticas, a mudança na Constituição que garantiu às empregadas os mesmos direitos de qualquer trabalhador (PLP 302/2013, na Câmara dos Deputados). Apesar de tramitar em regime de urgência desde abril, o projeto ainda não foi votado na Câmara.

Sem surpresa

O relator da proposta em comissão mista do Congresso Nacional, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o veto não é surpresa.

— O veto já era esperado porque esse projeto é um projeto à parte da regulamentação do trabalho do-

méstico que está tramitando aqui no Congresso Nacional. Nós aprovamos a emenda constitucional do trabalho doméstico e essa emenda foi regulamentada — afirmou.

O parlamentar lembrou que a proposta já foi aprovada por unanimidade no Senado.

— A matéria está na Câmara. Mantive contato esta semana com o presidente da Casa, deputado Henrique Eduardo Alves, e ele está pautando essa matéria até o final do ano. É importante que a Câmara vote essa matéria mesmo que faça alguma modificação, porque ela virá de volta ao Senado e o Senado irá apreciar. Nós não podemos mais perder tempo — disse.

Derrubada do veto

Relatora do projeto vetado, a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) afirmou que vai trabalhar pela derrubada do veto por acreditar que a contribuição previdenciária para os trabalhadores domésticos pode diminuir mais.

— Creio que a intenção foi uma busca de acordo, foi também o problema do impacto financeiro. Mas acredito que, num governo com um viés social tão forte, nós possamos avançar um pouco mais e reduzir mais ainda a carga tributária do elo mais fraco dessa cadeia — observou.

A proposta de regulamentação da Emenda Constitucional 72, apoiada pelo governo, reúne todos os encargos trabalhistas numa alíquota única de 20% do salário: 8% para o FGTS, 8% de INSS, 0,8% de seguro contra acidente de trabalho e 3,2% para financiar a multa de rescisão contratual.

Avança projeto que criminaliza trote violento

Proposta, que foi aprovada na Comissão de Educação, prevê até dois anos de detenção para quem cometer abusos contra novatos em universidades e instituições militares

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem proposta que transforma em crime o trote estudantil violento ou vexatório. A pena prevista chega a dois anos de detenção. As medidas se aplicam a alunos de universidades públicas e privadas e de estabelecimentos de ensino e treinamento militar.

O projeto de lei em questão (PLC 9/2009) foi aprovado na forma do substitutivo do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), que reúne sugestões de quatro projetos sobre o tema que tramitam em conjunto no Senado.

O senador recomendou a aprovação da proposta, apresentada pelo ex-deputado Feu Rosa. Cícero explicou que, por determinação regimental, ganha preferência projeto que venha da Câmara.

Os demais foram apresentados por ex-senadores: o PLS 404/2008, de Renato Casagrande; o PLS 104/2009, de Marisa Serrano; e o PLS 176/2009, de Arthur Virgílio. As propostas vão agora ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e depois ao Plenário, para decisão final.

O texto autoriza a aplicação de penalidades administrativas aos alunos envolvidos em trotes, depois da instauração de processo disciplinar para apurar as ocorrências. A multa pode chegar a R\$ 20 mil, sendo também admitido o afastamento do estudante da instituição de ensino.

Constrangimento

O substitutivo acrescenta a prática do “trote estudantil violento ou vexatório” às modalidades delituosas do crime de “constrangimento ilegal”, previsto tanto no Código Penal como no Código Penal Militar.

A pena será de detenção, variando de seis meses a dois anos, sem excluir as penalidades pela violência que possa estar associada.

De acordo com a proposta, o crime se caracteriza pela prática de “constranger estudante, em razão de sua condição de calouro”, seja por ofensa à integridade física ou moral dele ou exposição da pessoa de forma vexatória, seja quando são exigidos do aluno “bens ou valores, independentemente de sua destinação”.



O relator, Cícero Lucena, recomendou a aprovação do texto, que prevê multa e prisão para quem cometer trote violento

Proposta cria Dia de Combate ao Bullying

Foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) um projeto que cria o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola, em 7 de abril. Em 2011, nessa data, numa escola do Rio de Janeiro, 12 crianças foram mortas por um ex-aluno da instituição. Por anos, ele foi vítima de *bullying* praticado por colegas.

O deputado Artur Bruno (PT-CE), autor do projeto, chama a atenção para a necessidade de compreensão dos fatores causadores de práticas tão preocupantes, de modo a preveni-las. A data indicada é, para ele, um instrumento adequado para estimular a reflexão.

Para a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o

autor acerta ao tomar a pior tragédia do gênero já ocorrida no Brasil como mote para a criação de data destinada à reflexão. Na avaliação da senadora, a ocorrência provoca indagações sobre as possibilidades de desenvolvimento cognitivo e emocional que estão sendo proporcionadas aos jovens. O projeto (PLC 7/2014) irá agora para o Plenário.

Inclusão de canais abertos na TV paga divide opiniões

O confronto de posições entre as operadoras de televisão por assinatura e as emissoras de canal aberto marcou a audiência pública promovida ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com o objetivo de analisar o PLS 332/2014. A proposta modifica a Lei da TV por Assinatura (Lei 12.485/2011) para obrigar a inclusão de canais abertos.

Conforme Marcos Tolentino, presidente da Rede Brasil de Televisão (RBTv), as operadoras de TV paga a cabo cortam o sinal aberto quando instalam os equipamentos nas casas dos assinantes, deixando as residências sem acesso aos canais locais e mesmo às redes abertas nacionais.

— Temos concessões públicas que dão a todos o direito de terem acesso a uma TV gratuita em casa. Mas esse acesso fica condicionado ao que a TV a cabo quer que seus assinantes assistam — denunciou Tolentino.

Já Oscar Simões, presidente-executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), afirmou que a obrigação afetará a sustentabilidade do setor e inibirá investimentos, impactando a arrecadação e a geração de empregos.

— O projeto também cria insegurança jurídica, pois a quan-

tidade de canais a serem carregados é incerta — completou.

Marcelo Bechara, conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), afirmou que as TVs por assinatura, sejam a cabo ou por satélite (DTH, do nome em inglês *direct to home*), têm obrigação legal de manter a recepção do sinal aberto. Ele disse que enviará a denúncia feita por Tolentino ao setor responsável pela fiscalização, para as medidas cabíveis.

Ele explicou ainda que a tecnologia da TV a cabo permite a retransmissão de todas as 517 geradoras locais e das 14 redes nacionais. Já no DTH, não há essa possibilidade, por isso foram definidos na Resolução 581/2012 da Anatel critérios de carregamento que privilegiam as redes nacionais abertas.

Para permitir o acesso dos assinantes de operadoras por satélite às emissoras locais

abertas, informou Bechara, está em estudo norma para obrigar as operadoras DTH a agregar, no equipamento que capta o sinal de satélite, antena de recepção do sinal local terrestre.

— O sinal digital local seria captado pela mesma caixinha da TV por assinatura. Isso é tecnicamente possível e estamos trabalhando no assunto — disse.

Oscar Simões lembrou que a TV paga tem 20 milhões de assinantes e, para implantar a proposta em estudo na Anatel, disse, seria preciso trocar cada aparelho receptor, a um custo unitário de R\$ 500, ou R\$ 10 bilhões no total, o que inviabilizaria o serviço.

No final da audiência, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lembrou que, após o exame pela CCJ, o projeto seguirá para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para discussão de mérito.



Conselheiro da Anatel, Marcelo Bechara fala em audiência presidida por Flexa (C)

Instituição do Dia Nacional da Capoeira vai ao Plenário

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto que institui o Dia Nacional da Capoeira, a ser celebrado em 15 de julho. Essa foi a data em que a capoeira foi registrada como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

O PLC 17/2014 foi apresentado pelo deputado Márcio Marinho (PRB-BA) e teve como relator o senador Anibal Diniz (PT-AC). Para o relator, a instituição de uma data oficial comemorativa vai reforçar a importância da “arte-luta” como elemento de identidade

cultural dos brasileiros.

Foi de Anibal a emenda aprovada que mudou a comemoração da capoeira para 15 de julho. O texto original indicava 20 de novembro, coincidindo com o Dia da Consciência Negra. Para o relator, a superposição com data tão importante seria inconveniente.

A capoeira é uma forma de arte marcial desenvolvida pelos escravos africanos no Brasil, a partir do século 18. Originalmente, consistia em uma mistura de cantos e danças com movimentos de luta.

Ana Rita critica troca de relator de texto sobre A Voz do Brasil

Ana Rita (PT-ES) manifestou descontentamento com a designação de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) à relatoria do PLS 19/2011, da ex-senadora Marinor Brito, que mantém a obrigação de transmissão do programa *A Voz do Brasil* como é hoje, de segunda a sexta-feira, das 19h às 20h.

Ana Rita, que era relatora na Comissão de Educação e Cultura (CE), contou que a matéria foi remetida à Comissão de Ciência e Tecnologia

(CCT) para exame inicial naquele colegiado. Ao retornar da CCT, o presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), avocou a si a relatoria, procedimento previsto no Regimento. A senadora, no entanto, foi surpreendida com a indicação de outro relator, no mesmo dia em que pediu ao presidente para levar o relatório à apreciação.

— Faço aqui o registro da minha insatisfação e do meu descontentamento com esse procedimento — declarou.

Projeto prevê isenções de tributos a empresas que produzem e distribuem água reaproveitada para uso em irrigação de jardim, lavagem de calçada e combate de incêndio

Comissão aprova incentivo para reúso de água

A EMPRESA QUE produzir ou distribuir água de reúso poderá ter redução de 75% do Imposto de Renda e isenção da contribuição de PIS-Pasep e Cofins. Os incentivos constam de projeto que foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) e agora será remetido à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PLS 12/2014 determina ainda o fim do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e da contribuição de PIS-Pasep e Cofins no caso de compra de equipamentos para instalação, manutenção, ampliação ou modernização de planta de tratamento de água de reúso.

O autor, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), considera que as medidas, ao diminuir os custos de produção, vão aumentar o interesse pelo reaproveitamento da água e incentivar o desenvolvimento de tecnologias.

A proposta tem por base o reúso direto não potável de água, previsto na Resolução 54/2005 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que visa evitar que água tratada seja uti-

lizada em irrigação de jardins, lavagem de calçadas, desobstrução de tubulações e combate a incêndios. Para esses casos, está prevista a reutilização de água proveniente de esgoto e de demais efluentes líquidos domésticos e industriais, desde que dentro de padrões. O PLS 12/2014 é voltado a empresas que fazem a adequação a esses padrões e a distribuição da água reaproveitada.

O relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), lembrou que o uso racional de água se tornou mais necessário frente ao desabastecimento em algumas regiões.



Proposta aprovada beneficia empresa que fornece água reaproveitada destinada a lavagem de rua, por exemplo

Texto prevê crédito facilitado para ações sustentáveis

O desenvolvimento de atividades sustentáveis, como geração autônoma de energia elétrica e construção de cisternas, poderá dar direito a incentivos fiscais da União. É o que estabelece o projeto PLS 556/2013, aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Além dessas atividades, a proposta, que vai para a

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), institui incentivos para o desenvolvimento de atividades como conservação e recuperação de recursos hídricos, capacitação de pequenos produtores e trabalhadores rurais e capacitação profissional.

O texto prevê que as instituições financeiras concederão, em parceria com o poder públi-

co, linhas de crédito facilitado a empresas e indivíduos que desenvolvam essas atividades.

A relatora, Ana Rita (PT-ES), considera que a proposta pode ajudar a solucionar problemas como a oferta deficiente de luz e de água no meio rural e a ocupação e o uso indevidos do solo no meio urbano.

— Por meio desse mecanismo, o Estado pode induzir

indivíduos e empresas à sustentabilidade ambiental. Isenções fiscais podem estimular comportamentos associados ao uso racional de recursos naturais.

O projeto é de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com base na sugestão de estudantes que participaram em 2012 do Projeto Jovem Senador.

Relatório propõe prorrogação do prazo para fim de lixões

Prorrogar por mais dois anos, até 2016, o prazo para que os municípios acabem com os lixões é uma das principais recomendações do relatório final da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos aprovado ontem.

Apresentado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o relatório inclui projeto de lei propondo nova data para o fim dos lixões no país. Entre as recomendações, também está requerimento a ser encaminhado à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, solicitando a lista de municípios que não cumpriram o prazo para a erradicação dos lixões, bem como os motivos por eles alegados.

O prazo inicial para as prefeituras acabarem com os lixões — uma das metas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) — era 2 de agosto deste ano. Mas, segundo Vanessa, é necessário reconhecer que a lei não foi realista ao determinar a data.

— Foi insuficiente para a maior parte das cidades, principalmente as mais pobres — concluiu.

Com a aprovação do relatório, a proposta de prorrogação do prazo já



Relatora, Vanessa defende nova data para que os municípios tenham condições de cumprir a lei

poderá tramitar como projeto de lei. A proposta inclui medidas que visam à criação de infraestrutura que torne possível aos municípios cumprirem a determinação. Entre elas, estão novas regras para desburocratizar a instituição de convênios entre municípios e órgãos federais e o fim da aplicação de sanções de suspensão das transfe-

O autor, deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC), avalia que muitos desconhecem o adequado manejo a ser dado ao lixo, daí a importância de se incorporarem campanhas educa-

rências voluntárias, a fim de efetivar a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

— Temos que garantir as condições para que a lei seja cumprida, não basta pura e simplesmente prorrogar o prazo — justificou Vanessa.

A senadora admitiu que a maior parte das instituições ouvidas durante os trabalhos — o que inclui o governo e

a Conferência Nacional do Meio Ambiente — foi contra o novo prazo, com a exceção da Confederação Nacional de Municípios (CNM). No entanto, a senadora está convencida de que a posição dela foi a mais realista. O presidente da subcomissão, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), lembrou que mais de 3 mil municípios não conseguiram cumprir a lei.

O relatório de Vanessa também recomendou que seja sugerido à Confederação Nacional de Municípios a aplicação em todo o país de um modelo que, segundo ela, foi bem-sucedido no Amazonas, envolvendo a Associação Amazonense de Municípios e o governo estadual.

— Como amazonense me sinto orgulhosa. São municípios com realidades muito diferentes, o que requereu uma capacitação muito forte da equipe técnica. Nós temos na região alguns municípios cujos aterros não poderão ser instalados lá, porque são ilhas, terão que ir para outro lugar. É um modelo que poderá ser implantado com muito mais facilidade em outros estados — afirmou Vanessa.

Proposta estabelece verba para campanhas sobre limpeza urbana

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) aprovou ontem um projeto que beneficia com recursos da União os estados e municípios que elaborarem planos de gestão de lixo. O dinheiro financiará campanhas educativas estaduais e municipais.

A elaboração dos planos está prevista na lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010). A norma determina o fim dos lixões,

entre outras medidas relacionadas à limpeza urbana, à proteção do meio ambiente e ao controle da poluição. O projeto (PLC 114/2013) modifica essa lei para fortalecer ações de esclarecimento à população sobre a gestão correta do lixo.

O autor, deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC), avalia que muitos desconhecem o adequado manejo a ser dado ao lixo, daí a importância de se incorporarem campanhas educa-

tivas às previsões da política adotada para o setor.

O projeto promove a incorporação, nos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos, de campanhas educativas que objetivem conscientizar a sociedade acerca da importância de participar da gestão do lixo.

A proposta recebeu voto favorável do relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), com duas emendas aprovadas na Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania (CCJ). A primeira explicita que as campanhas educativas devem estar associadas às atividades de gestão de resíduos sólidos, e a segunda dá prioridade de acesso aos recursos para municípios que promoverem campanhas de esclarecimento à população.

— O conceito de campanha educativa pressupõe ações estratégicas e contínuas para assimilação definitiva de um novo comportamento social — enfatizou o senador.

Investidor de *startup* pode ter dedução de imposto

Objetivo da proposta, que foi aprovada na Comissão de Ciência e Tecnologia, é estimular desenvolvimento de empresas inovadoras que, apesar do alto potencial de retorno financeiro, apresentam risco elevado

PARA APOIAR O desenvolvimento das *startups* (empresas inovadoras, com alto potencial de crescimento e geralmente criadas por jovens), a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem projeto que permite a dedução de valores investidos nesses empreendimentos da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física.

Com a proposta (PLS 54/2014), que ainda será votada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador José Agripino (DEM-RN) quer ampliar as possibilidades de investimentos nas *startups* brasileiras para aumentar a competitividade e a chance de sucesso.

O senador propõe que a dedução seja limitada a 20% do valor integralizado, que não poderá ultrapassar R\$ 80 mil por ano, considerando todos os investimentos feitos, ainda que a participação envolva mais de uma *startup*.

Pelo projeto, o investidor deverá ser sócio investidor ou sócio cotista da empresa, não podendo atuar como gerente, diretor ou administrador, nem ser acionista majoritário.

Os valores investidos deverão permanecer por pelo menos três anos na *startup*, que deverá, por sua vez, estar registrada em programa de incubação de empresas ou de parque tecnológico de instituição científica e tecnológica, conforme a Lei 10.973/2004. A última exigên-



Agripino, autor do projeto, quer ampliar a competitividade do setor no país

cia foi incluída pelo relator na CCT, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Agripino lembra que diversas *startups* surgiram nas últimas décadas, como o Facebook e o Yahoo, “graças à conjugação de boas ideias com o capital fornecido pelos chamados investidores-anjos”, pessoas físicas dispostas a aplicar capital em empresas em estágios embrionários.

Empregos

O senador observa ainda que os investimentos em *startups* beneficiam a economia do país como um todo, pois resultam na geração de empregos qualificados e aumento na arrecadação de tributos. Mesmo com essas vantagens, observa o senador, o valor do investimento nessas empresas no Brasil equivale a apenas

1,2% do americano.

Apesar de o Ministério da Ciência e Tecnologia ter um programa de incentivo às *startups*, Agripino diz que ainda não há no país estímulo para o investidor que apoia as iniciativas, o que motivou a apresentação do projeto. O relator, Flexa Ribeiro, concorda com o autor da proposta:

— Mesmo sendo uma das maiores economias do mundo, o Brasil ainda não conseguiu desenvolver um ambiente propício às atividades de inovação. Diversas ideias promissoras esbarram diariamente em inúmeros obstáculos. Um desses obstáculos é a dificuldade de o empreendedor conseguir financiamento para colocar em prática ideias arrojadas, com alto potencial de retorno, mas, ao mesmo tempo, com elevado risco.

Proposta dá mais autonomia às cooperativas

O cooperativismo brasileiro poderá ter uma nova lei com o projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As regras deverão substituir a Lei 5.764/1971.

A comissão aceitou o substitutivo da relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR), a dois projetos que tramitam em conjunto: PLS 3/2007 e PLS 153/2007, respectivamente do ex-senador Osmar Dias e do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O substitutivo garante a liberdade de associação das cooperativas, que poderão se filiar à Organização das Cooperativas do Brasil, à União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias, às duas ou até mesmo a nenhuma. Entretanto, torna obrigatório o registro em uma dessas organizações para que a entidade

possa ser reconhecida.

Esse é um dos pontos de divergência entre os dois projetos: enquanto o de Osmar Dias incorpora o princípio da unicidade de representação e define a OCB e as organizações das cooperativas estaduais como representantes exclusivas do cooperativismo nacional, o de Suplicy determina a livre organização das entidades.

Outro ponto de discordância é a definição de “ato cooperativo”, que o projeto de Suplicy define como “aquele praticado entre a cooperativa e seu cooperado, ou entre cooperativas associadas, na realização de trabalho, serviço ou operação que constituem o objetivo social” da entidade. A proposta de Dias equipara ao ato cooperativo os “negócios auxiliares ou meios indispensáveis à conse-

cução dos objetivos sociais”.

Essa definição, segundo a relatora, é importante, porque a Constituição prevê que o ato praticado entre a cooperativa e os sócios tem tratamento tributário mais favorável do que o dispensado às empresas em geral. Gleisi manifestou-se contra a ampliação dessas isenções. No substitutivo, ela manteve o atual texto da Lei 5.764/1971, que trata do ato cooperativo, transferindo para uma futura lei complementar a definição de ato cooperativo para fins de tributação.

O texto institui os Certificados de Crédito Cooperativo, títulos com remuneração por meio de juros, sem participação nos resultados da cooperativa.

O projeto será submetido a turno suplementar de votação no dia 16.

Projeto obriga plano de saúde a disponibilizar extrato de pagamento

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem proposta que obriga as operadoras de planos de saúde a disponibilizarem, mensalmente, nos próprios sites, os extratos financeiros de pagamentos e procedimentos feitos pelos consumidores (PLS 540/2013). Aprovado na forma de substitutivo, o texto exige ainda que os extratos sejam enviados via postal, caso o consumidor assim prefira.

O autor da proposta, senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), justifica no projeto que será possível controlar o faturamento dos serviços utilizados. O beneficiário também poderá denunciar à operadora cobranças indevidas e, ao prestador do serviço, recusa de pagamento a procedimentos efetivamente realizados.

O texto aprovado reforça a regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) ao obrigar que os planos de saúde mantenham atualizadas e acessíveis ao público em geral as informações sobre as redes credenciadas.

Segundo o senador, a falta de divulgação das listas atualizadas dos prestadores de serviços tem gerado conflito entre segurados e as operadoras de plano de saúde.

O substitutivo do relator na CCT, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), promoveu alguns ajustes no projeto para estabelecer, em linhas mais gerais e perenes, o direito de a população obter gratuitamente as informações necessárias à adoção de uma escolha consciente do plano de saúde.

O projeto segue para exame das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Sociais (CAS).

Telefonia

A análise do projeto que torna obrigatória e gratuita a identificação do número nas chamadas telefônicas (PLS 433/2013) foi adiada. O objetivo do texto é evitar crimes por meio das redes de telefonia e coibir abusos na prática dos serviços de telemarketing e de cobranças.

Assessores dos novos parlamentares recebem informações sobre Senado

Começou ontem o Programa Conhecendo o Senado, que apresenta a Casa aos futuros assessores dos senadores eleitos em 2014 e dos três suplentes que assumirão o cargo.

Eles participaram de visita institucional e receberam as boas-vindas do diretor-geral, Luiz Fernando Bandeira, que falou sobre a importância desse primeiro contato dos assessores com os trâmites do Senado antes da nova legislação, em 1º de fevereiro.

— O principal interesse da Casa é que o senador, no dia da posse, já tenha o gabinete montado, já conheça a estrutura e o funcionamento do Senado e possa, dessa forma, exercer o mandato na plenitude. Em outras vezes, acontecia de o senador, no dia 1º [de fevereiro] receber a informação do que tinha de providenciar e isso, evidentemente, causava transtornos durante um mês, o que era prejudicial ao man-

dato — disse Bandeira.

O senador eleito Lasier Martins (PDT-RS) fez questão de participar do programa. Segundo ele, o evento vai ajudá-lo no reconhecimento da Casa em que trabalhará nos próximos oito anos. A informação mais importante, para Lasier, foi sobre a composição do gabinete.

— A forma de distribuição e divisão dos assessores, seguramente, foi o ponto mais importante — frisou.

Foram entregues kits contendo o Regimento Interno do Senado, o Regimento Comum do Congresso, o guia do parlamentar, uma Constituição, pastas de documentos para nomeação em cargo em comissão e para a posse na 55ª legislatura.

O programa prevê um cronograma de palestras, até quinta-feira, com representantes das áreas diretamente relacionadas ao trabalho dos senadores.



Diretor-geral, Bandeira (ao microfone) recebe assessores de senadores eleitos

Projeto, aprovado em comissão, estabelece quatro hipóteses em que investidores estrangeiros poderão atuar no setor da saúde, um dos três protegidos pela Constituição

Texto abre setor da saúde a capital estrangeiro

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a abertura do setor de assistência à saúde a investimentos estrangeiros. Esse é um dos três setores protegidos pela Constituição, ao lado do sistema financeiro e da comunicação social.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 259/2009, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), estabelece as hipóteses em que pode ser admitido o ingresso de empresas e capitais não nacionais no setor. O relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresentou substitutivo que restringe a quatro os casos em que se permitirá a participação de capitais estrangeiros. O primeiro abrange as doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas e de entidades de cooperação técnica, financiamentos e empréstimos.

A segunda hipótese envolve serviços de saúde sem fins lucrativos mantidos por empresas para atendimento de empregados e dependentes, sem nenhum ônus para a seguridade social.

A terceira hipótese alcança serviços hospitalares, ambulatoriais e auxiliares de diagnóstico e terapia, enquanto a quarta contempla as situações eventualmente previstas em legislação específica.

O substitutivo altera o artigo 23 da Lei 8.080/1990, que veda a participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde. O mesmo impedimento é previsto no artigo 199 da Cons-

tituição, exceto nas situações disciplinadas em lei.

Vital lembrou que, pouco após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil iniciou reformas que abriram dez atividades econômicas ao

capital estrangeiro, “uma das demandas da globalização”.

O projeto segue para as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Relações Exteriores (CRE) e de Assuntos Sociais (CAS), nesta em decisão final.

Painel eletrônico vai agilizar trabalho de comissão

A CAE inaugurou, com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros, o painel eletrônico destinado a tornar mais ágil e seguro o sistema de votação do colegiado, que está entre os que mais examinam projetos na Casa.

Renan explicou que todo esse avanço teve um custo inferior a R\$ 4 milhões, valor que inclui a instalação de painéis e de 360 computadores, no Plenário e nas comissões. Ele afirmou que o investimento foi custeado com dinheiro obtido com a venda da folha de pagamento dos servidores da Casa para o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

— Isso prova o compromisso desta Mesa Diretora de fazer

mais com menos. Nós temos economizado mais de R\$ 500 milhões, ao mesmo tempo em que ampliamos e modernizamos o Senado. Esta Casa, nestes últimos dois anos, multiplicou por três os investimentos, que eram feitos na faixa de R\$ 20 milhões a R\$ 22 milhões. Neste último ano, ultrapassamos os R\$ 66 milhões.

O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), comemorou a instalação:

— A comissão se livra da era do papel e entra definitivamente na era digital, dando fim a uma rotina que envolvia calhamaços de papel e muitas árvores cortadas — disse.

Presentes à cerimônia, Marcello Vavallo e Bernardo Bre-



Renan (1º à esq.) salientou que as instalações custaram menos de R\$ 4 milhões

nicci, coordenadores do Prodasen, explicaram que o novo sistema conta com notebook *touchscreen*, oferecendo a pauta de votações e os textos dos projetos que serão examinados pelo colegiado. A outra novidade é o registro biométrico da

presença dos senadores, que dispensa a utilização anterior de lista de assinaturas.

A nova galeria de senadores que já presidiram a CAE foi transferida para o corredor externo por causa da localização do painel eletrônico.

Avança incentivo à produção de peixes integrada à de vegetais

Proposta para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto (PLS 341/2013), de Benedito de Lira (PP-AL), inclui na Política Nacional de

Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei 11.959/2009) a atividade de produção de peixes integrada à de vegetais, de forma que haja ganhos para as duas atividades.

Entre os benefícios propostos, estão a dispensa do licenciamento ambiental para

a pequena propriedade ou posse familiar rural, prioridade na concessão e renovação de outorga de direitos de uso de recursos hídricos e isenção pelo uso de recursos hídricos para agricultores familiares.

Também são previstos incentivos fiscais, crédito rural

diferenciado e prioridade ao agricultor familiar praticante da aquicultura conjugada com o fornecimento de produtos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

O relator, Blairo Maggi (PR-

MT), apresentou parecer favorável ao projeto, com emenda que limita a dispensa do licenciamento ambiental à pequena propriedade e à posse familiar rural. Da CAE, o projeto seguirá para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão final.

Senado aprova novos embaixadores para Vietnã e Belarus

O Plenário aprovou hoje, em votação secreta, as indicações da Presidência da República para as embaixadas no Brasil no Vietnã e na Belarus. Marco Antonio Diniz Brandão e Paulo Antônio Pereira Pinto assumirão os cargos na Ásia e na Europa, respectivamente.

Brandão, atual titular no Egito, já foi embaixador na Índia, no Nepal e nas Maldivas. Pinto atualmente chefia o Escritório de Representação do Itamaraty em Porto Alegre e já foi embaixador no Azerbaijão.

Brandão destacou o crescimento do comércio entre o Brasil e o Vietnã nos últimos dez anos, que envolve valores da ordem de R\$ 2 bilhões. Os asiáticos importam milho e soja do Brasil e exportam aparelhos eletrônicos.

Em sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), em novembro, Brandão afirmou que pretende fortalecer relações nas áreas de cultura e defesa. Ele mencionou que o país asiático tem alcança-



Brandão e Pinto vão representar o país na Ásia e na Europa; Renteria será diretor na Comissão de Valores Mobiliários

do sucesso na superação da pobreza extrema por meio da geração de empregos e da transferência de renda.

Pinto observou a oportunidade para incremento do comércio importador de cloreto de potássio e exportador de fumo e de açúcar, que se mostra deficitário para o Brasil. Ele é especialista em

questões políticas e culturais do Oriente. Belarus é parte da Europa Oriental.

Ao ser sabatinado pela CRE, relatou a intenção de celebrar acordos de cooperação econômica, científica, educacional e agrícola e de promover esforços no sentido de liberar as exportações de carnes brasileiras ao país europeu. Ele



lembrou que Belarus é a sede de negociações entre a Rússia e a Ucrânia sobre os conflitos armados entre tropas no leste ucraniano.

A votação das indicações marcou a estreia dos novos painéis eletrônicos do Plenário, instalados na semana passada. Foi a primeira sessão deliberativa em que os sena-

dores puderam usar o sistema.

O Plenário também aprovou o nome do advogado e professor Pablo Waldemar Renteria para a diretoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Doutor em direito civil, Renteria trabalhou no órgão, entre 2008 e 2013, como chefe de gabinete da Presidência e superintendente de Processos Sancionadores.

Na CVM, Renteria conduziu investigações sobre operação fraudulenta, manipulação de mercado, exercício abusivo do poder de controle em companhias abertas, violação dos deveres fiduciários por administradores de companhias abertas, entre outras.

Ao ser sabatinado para o cargo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em novembro, ele apontou princípios de transparência e governança como essenciais ao trabalho da CVM, uma autarquia encarregada de regular o funcionamento do mercado de valores mobiliários.

Debate alerta para uso da água na mineração

Audiência discutiu impactos da má utilização do recurso para a população. Em 2012, a mineração teve mais outorgas para uso de água que a indústria, disse João Capiberibe

MAIS ATENÇÃO DO governo para a gestão dos recursos hídricos. Foi o que pediram os expositores de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem. Técnicos, lideranças de populações atingidas pelas consequências do mau uso da água e representantes do governo debateram a escassez gerada pelo impacto do uso do recurso na mineração.

O senador João Capiberibe (PSB-AP), que presidiu a reunião, quer mais: a cobrança referente ao uso da água pelas mineradoras. Para ele, o país tem demonstrado descaso com os recursos naturais, com uma história de destruição da natureza que vem desde o Brasil colonial. Ele observou que o país está alarmado com a escassez de água, em especial o estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que há grande desperdício. Segundo o parlamentar, de cada 100 litros de água tratada, menos da metade chega às torneiras do consumidor, o que mostra que a sociedade não tem preocupação com o uso da água.

— O que antes era tachado como alarmismo de ambientalista agora se tornou uma grave realidade. As atividades desenvolvidas pelos humanos já afetaram o ciclo hidrológico e a manutenção da disponibilidade hídrica. É um problema que envolve o modelo de desenvolvimento do Brasil e a concepção de mundo que queremos construir para as gerações presentes e futuras — declarou.

O senador chamou a atenção para o aumento crescente do



Anacleto Pires da Silva, do Movimento dos Atingidos pelo Projeto Grande Carajás, fala em audiência da Comissão de Direitos Humanos presidida por Capiberibe (C)

uso de grandes volumes de água como insumo gratuito pelas grandes mineradoras, para transportar os recursos minerais extraídos do subsolo. Capiberibe contou que os minerodutos utilizam, em uma hora de funcionamento, a quantidade de água suficiente para abastecer uma cidade com 500 mil habitantes no mesmo período de tempo.

O quadro, alerta o senador, se torna ainda mais grave com o crescimento de licenças concedidas para as mineradoras. Segundo ele, em 2012 houve mais outorgas para o uso de água na mineração do que na indústria.

Minas Gerais

Para Patrícia Generoso, representante da Rede de Acompanhamento e Justiça Ambiental dos Atingidos pelo Projeto Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro (Reaja), a exploração da natureza hoje é pior do que a que se fazia no passado. Ela deu como exemplo um empreendimento de mineração de grande porte em Conceição

do Mato Dentro (MG), que está construindo mais de 500 quilômetros de dutos — por onde passa a água como meio de transporte para os minérios. A ativista contou que uma cachoeira da região, que era usada principalmente para o lazer de crianças, foi detonada pela empresa mesmo sem necessidade. Segundo Patrícia, muitos projetos têm começado sem licença ambiental, afetando a vida silvestre, a criação de gado e as águas dos rios.

— É um caos, uma destruição do início ao fim. Há casos de assoreamento e aterramento de nascentes, com grande impacto social — denunciou.

Assessor da Articulação da Bacia do Rio Santo Antônio de Minas Gerais, Gustavo Gazzinelli registrou que as companhias de água e esgoto vêm fazendo seguidas campanhas para que o consumidor economize água. No entanto, observou, essas mesmas campanhas não são dirigidas para as empresas de mineração. Gazzinelli criticou a atuação da Agência Nacional de Águas

(ANA) e afirmou que há uma “quadrilha” em Minas Gerais trabalhando contra as águas e a favor das mineradoras. Ele disse que praticamente todos os rios mineiros saudáveis estão sendo usados para atividades de mineração.

— Vai chegar o dia em que não teremos um rio de qualidade — lamentou.

Conscientização

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Carlos Bittencourt afirmou que a crise da gestão da água no Brasil não é um problema do consumidor individual. Ele lembrou que o volume consumido pela irrigação agrícola, pela indústria e pela mineração é cinco vezes maior que o demandado para o abastecimento público. De acordo com Maria Teresa Corujo, do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (MG), a mineração compromete não apenas o uso, mas provoca o fim das nascentes.

Já Anacleto Pires da Silva, do Movimento dos Atingidos

pelo Projeto Grande Carajás, pediu uma reflexão sobre a importância do recurso e disse que “não somos nada em uma terra sem água”.

Segundo a especialista Eldis Camargo Santos, representante da ANA, a água não pertence ao governo ou a empresas, mas é “um bem de todos”. Ela disse que a agência vem procurando fazer sua parte e acrescentou que a legislação garante, em caso de escassez, a prioridade para o uso humano.

A presidente da CDH, senadora Ana Rita (PT-ES), elogiou a qualidade do debate e afirmou que as informações apresentadas foram impactantes. Ela lamentou um suposto descompasso entre o que a lei prevê e o que de fato vem sendo executado na gestão das águas. Para a senadora, a extração do minério precisa ser repensada e o poder público deve ter agilidade nas questões legais que envolvem o uso da água pela população. Ela pediu ponderação no debate do novo Código de Mineração, que está em análise na Câmara dos Deputados.



No debate, manifestantes criticam proposta sobre demarcação de área indígena

PEC da demarcação de terra gera protesto

A audiência também foi marcada pelo protesto pacífico contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que está na Câmara dos Deputados. A proposta garante ao Legislativo o direito de apreciar as demarcações de áreas indígenas e de ratificar as demarcações já homologadas.

Segundo os manifestantes,

a construção da Estrada de Ferro Carajás e a atuação de empresas de mineração estão afetando os direitos de índios e quilombolas no Maranhão. Os ativistas gritaram palavras de ordem e seguraram uma faixa, atrás da mesa da comissão, com os dizeres “não à PEC 215”. “O povo não bebe minério”, diziam.

Ana Rita lamentou os casos

de violência envolvendo a disputa de terra entre indígenas e fazendeiros, em especial em Mato Grosso. João Capiberibe criticou a PEC, classificando-a como retrocesso. O senador anunciou que vai buscar se reunir com a presidente Dilma Rousseff para tratar da relação das mineradoras com a água e o impacto na população.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Em debate no Congresso, o presidente do BC, Alexandre Tombini, disse acreditar que a inflação não vai ultrapassar a meta fixada pelo governo, de 4,5%, até o final de 2016

Tombini prevê inflação controlada em 2016

O PRESIDENTE DO Banco Central, Alexandre Tombini, afirmou ontem que o órgão trabalha para conseguir uma redução a ponto de chegar ao centro da meta de inflação estabelecida pelo governo, de 4,5%, até o final de 2016.

— Não haverá complacência por parte do Banco Central — disse, em audiência conjunta da Comissão de Orçamento (CMO) e de cinco comissões da Câmara e do Senado.

Tombini admitiu, porém, que a inflação deverá crescer no curto prazo.

— A inflação vai ser elevada nos últimos 12 meses, pelo realinhamento dos preços domésticos e dos administrados [como energia e combustível] em relação aos livres [definidos pelo mercado] — afirmou.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegou a 6,56% em 12 meses, acima do teto da meta (6,5%). No acumulado do ano, até novembro, o índice é de 5,58%.

O fortalecimento da política fiscal para cumprir, por exemplo, a meta do superávit



Para Tombini (2º à esq.), a estratégia de fortalecimento da política fiscal do Executivo facilitará o cumprimento da meta

primário deverá facilitar a convergência da inflação para a meta de 4,5%, de acordo com Tombini.

Para o deputado Amauri Teixeira (PT-BA), as avaliações do presidente do BC indicam uma perspectiva favorável para 2015.

A análise do líder do DEM, deputado Mendonça Filho (PE), é oposta. Para o parlamentar, Tombini ratificou a dificuldade econômica enfrentada pelo Brasil.

— Inflação crescente, praticamente estamos estagnados,

parados. O Brasil crescendo 0%, 0,18% neste ano. E a perspectiva para 2015 é de mais arrocho e de mais dificuldades — afirmou.

O presidente do BC negou que os dois aumentos da taxa Selic após as eleições tenham ocorrido por pressão política. Os juros básicos da economia aumentaram em 0,75 ponto percentual no final de outubro, dois dias após o segundo turno, e no início deste mês.

Mendonça Filho criticou o aumento dos juros.

— O BC sucumbiu à pressão

da presidente Dilma de tirar aumento de juros da disputa presidencial? A presidente se elegeu com a tese de que a taxa de juros deveria cair, mas subiu, e muito — disse.

O deputado Alfredo Kaefer (PSDB-PR) também questionou o aumento de juros somente após as eleições, já que, tecnicamente, o Banco Central sabia que teria de reajustar a taxa.

Tombini lembrou que as reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) são remarcadas com um ano

de antecedência e não houve mudanças por questões eleitorais.

A meta de 1,2% do produto interno bruto (PIB) para o superávit primário de 2015, estabelecida pelo governo, é dura, mas possível de ser alcançada, na opinião do presidente do BC.

— Creio que é um número duro, mas é, sim, factível, e o governo conseguirá atingi-lo — disse, em resposta a parlamentares da oposição.

A oposição queria saber se o governo alteraria a meta fiscal de 2015, como deve fazer na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano com o PLN 36/2014, cujo texto-base foi aprovado quinta-feira pelo Congresso Nacional.

No fim de novembro, Alexandre Tombini foi confirmado à frente do Banco Central por mais quatro anos, ao mesmo tempo em que foram apresentados os novos ministros da Fazenda (Joaquim Levy) e do Planejamento (Nelson Barbosa). Na cerimônia, o governo se comprometeu a buscar um superávit primário de 1,2% do PIB no ano que vem e de 2% nos dois anos seguintes.

Oposição vai obstruir votação da LDO 2015, afirma líder do DEM na Câmara

O deputado Mendonça Filho anunciou, durante o debate com Alexandre Tombini, que a oposição obstruirá a votação do relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015 (PLN 3/2014).

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem reunião marcada para hoje a fim de

tentar votar o relatório final, de autoria do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

— Não vamos deixar o governo votar a LDO 2015, porque o governo desmoralizou a LDO 2014 — disse Mendonça ontem, referindo-se à mudança da forma de cálculo do superávit primário.

O texto-base do PLN 36/2014,

que altera a LDO deste ano, foi aprovado na madrugada de quinta-feira pelo Congresso.

— Agora, são modificados todos os critérios da LDO 2015 sem saber se eles serão cumpridos ou não — completou Mendonça.

O presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), advertiu que, se não for apro-

vada a LDO, ficarão inviabilizadas as emendas impositivas. Mendonça, no entanto, disse não estar preocupado em garantir o orçamento impositivo, estabelecido por proposta de emenda à Constituição que ainda aguarda aprovação no Plenário da Câmara (PEC 358/2013).

O relator da receita do Or-

çamento de 2015, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), pediu mais diálogo com a oposição para a votação da LDO e da proposta orçamentária para 2015 (PLN 13/2014).

— Espero que a oposição construa o diálogo para votarmos a LDO e a LOA, para a próxima equipe econômica atuar — disse Pimenta.

Partidos anunciam representação contra Jair Bolsonaro por ofensa a deputada

As bancadas do PCdoB e do PT na Câmara dos Deputados declararam ontem que pretendem representar contra o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) por quebra de decoro parlamentar.

Após o discurso em que a deputada Maria do Rosário (PT-RS) anunciou para hoje a entrega do relatório da Comissão Nacional da Verdade à presidente Dilma Rousseff, o deputado afirmou:

— Fica aí, Maria do Rosário, fica. Há poucos dias você me chamou de estuproador no Salão Verde e eu disse que não estuprava você porque você não merece. Fica aqui para ouvir.

Para a líder do PCdoB, deputada Jandira Feghali (RJ), “a Casa não pode ter entre seus quadros um deputado desse quilate e com esse grau de flagrante quebra de decoro”. Segundo ela, o partido está analisando se representa contra o deputado na Câmara ou diretamente no Supremo Tribunal Federal (STF).

— Estamos analisando qual o melhor caminho e vamos fazer ou um ou os

dois. Vamos estudar do ponto de vista jurídico o que é mais curto e o que menos o protege — anunciou.

O líder do PT, Vicentinho (SP), leu nota do partido considerando que Bolsonaro desrespeita a condição de deputado e prometeu medidas judiciais e regimentais.

— Deixa assim transparecer que lhe é admissível a ideia de assumir o papel de estuproador condicionando, porém, sua agressão ao “merecimento” da vítima, assim demonstrando a covardia que é tão típica dos estuproadores.

A bancada feminina e a Procuradoria da Mulher da Câmara divulgaram nota de repúdio à atitude do deputado.

A Comissão da Verdade investiga crimes ocorridos durante a ditadura militar (1964–1985) e Bolsonaro critica o trabalho por não investigar crimes cometidos contra militares.

O deputado já havia usado as mesmas palavras durante discussão com Maria do Rosário em 2003.

Comissão da Verdade entrega hoje relatório final com conclusões sobre depoimentos

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) será entregue hoje, às 15h, ao presidente do Congresso, Renan Calheiros. O documento é fruto de dois anos e sete meses de trabalho da comissão, que tomou 1.121 depoimentos para apurar atos praticados por agentes repressivos do Estado, especialmente torturas, assassinatos e desaparecimentos de militantes de oposição à ditadura militar pós-1964. Pela manhã, o relatório será apresentado à presidente Dilma Rousseff, em solenidade no Planalto.

A criação da CNV foi aprovada pelo Senado em 26 de outubro de 2011. Formada por sete integrantes, a comissão, embora formalmente tenha tido por foco as violações de direitos humanos entre 1946 e 1964, tratou especificamente de fatos ocorridos durante a ditadura de 64, conforme já previa Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), relator do projeto de criação da CNV.

— A comissão só vai se legitimar se mantiver seu foco nos crimes contra os

direitos humanos cometidos durante período da ditadura de 1964, quando a ação experimental de um grupo de energúmenos violentos acabou assumindo uma escalada até se transformar em uma política de Estado de extermínio de adversários — afirmou o senador, em 26 de outubro do ano passado.

As investigações permitiram, por exemplo, a mudança do registro de óbito do jornalista Vladimir Herzog. A causa da morte foi alterada de asfixia para morte em decorrência “de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do 2º Exército de São Paulo (Doi-Codi)”.

O depoimento do ex-agente do Centro de Informações do Exército (CIE) coronel Paulo Malhões foi fundamental para esclarecer a participação de integrantes das Forças Armadas no desaparecimento de militantes de oposição. Malhões informou que agentes do CIE mutilavam corpos de vítimas assassinadas na Casa da Morte, em Petrópolis, região serrana do Rio, para evitar a identificação.

Congresso confirma mudança no superávit

Destaque que não havia sido apreciado na semana passada foi votado ontem. Proposta que desobriga governo de cumprir meta vai agora para sanção presidencial

O CONGRESSO CONCLUIU ontem a votação do PLN 36/2014, que autoriza o governo a mudar o cálculo da meta do superávit primário (economia para pagamento de juros da dívida pública) deste ano. A última das quatro emendas foi rejeitada pelos parlamentares. O projeto vai para a sanção presidencial.

O texto principal da proposta havia sido aprovado na semana passada, depois de quase 19 horas de sessão. Ficou faltando, porém, a votação da emenda 69, adiada por volta das 5h de quinta por falta de quórum.

Apresentada pelo líder da Minoria na Câmara, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), a emenda tentava limitar as despesas correntes discricionárias (as que o governo pode decidir se realiza ou não) ao que foi executado na mesma categoria no ano anterior.

O PLN 36 altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de

2014 (Lei 12.919/2013) para, na prática, desobrigar o governo de cumprir qualquer meta de superávit neste ano. Com a aprovação do texto, o governo pode abater todo o investimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e desonerações tributárias.

Deputados e senadores da oposição voltaram a criticar a proposta e sugerir que a presidente Dilma Rousseff cometeu crime de responsabilidade ao não cumprir a meta de superávit prevista na LDO 2014.

— A base governista está limpando a cena do crime cometido pela presidente — disse o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Deputados como Domingos Sávio, Duarte Nogueira (PSDB-SP), Izalci (PSDB-DF) e Pauderney Avelino (DEM-AM) disseram que a presidente não cumpriu suas obrigações ao permitir que o governo gastasse mais do que a arrecadação.



Senadores e deputados federais reunidos no Plenário do Congresso para concluir votação sobre superávit primário

— O governo está preparando o caminho para aumentar os impostos — afirmou Sávio.

O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) avaliou que todos os prefeitos e governadores do

país também “não vão querer cumprir suas metas”.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu o projeto e lembrou que estados governados pelo PSDB, como Minas Gerais e Paraná, não cumpriram metas de superávit em anos recentes:

— Queremos equilíbrio fiscal sem causar desemprego.

O deputado Henrique Fontana (PT-RS) defendeu a mudança no superávit como necessária para o Brasil “garantir a política de emprego”.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) disse que, ao cumprir um superávit menor, o governo pode dar “mais atenção ao povo brasileiro em vez do mercado financeiro”.

Chico Alencar (PSOL-RJ)

afirmou que o superávit primário é um parâmetro imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para controlar as economias periféricas. O deputado disse que o Brasil precisa cumprir o que está previsto nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias e promover uma auditoria da dívida externa brasileira.

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), tentou apresentar um pedido para que a LDO para 2015 (PLN 3/2014), que tramita na Comissão Mista de Orçamento (CMO), fosse enviada para votação imediata pelo Congresso.

Diante do protesto da oposição, o presidente do Congresso, Renan Calheiros, decidiu encerrar a sessão conjunta.

Governo poderá abater PAC da meta fiscal

Na prática, o PLN 36/2014 retira da LDO deste ano o teto de abatimento da meta de superávit, inicialmente estabelecida em R\$ 116,1 bilhões. A regra original previa que o governo poderia abater até R\$ 67 bilhões da meta, com base nos investimentos do PAC e das desonerações tributárias destinadas a estimular setores da produção, como o de carros e o de

eletrodomésticos.

Ao não estabelecer um teto, o projeto abre a possibilidade de o governo abater da meta fiscal até o total do PAC mais as desonerações, montante que já passou de R\$ 130 bilhões. Agora, o Executivo pode manejar o superávit e, mesmo que feche as contas com déficit primário, não terá descumprido a meta da LDO em

vigor (Lei 12.919/2013).

O governo comunicou que pretende obter superávit primário de pelo menos R\$ 10,1 bilhões em 2014. De janeiro a setembro, o resultado ficou deficitário em R\$ 15,7 bilhões.

O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), diz que a alteração é necessária devido à conjuntura global e à arrecadação prevista, que não se configurou.

Renan: embate político é normal com mudanças na LDO

O presidente do Senado, Renan Calheiros, definiu a votação que concluiu a aprovação do PLN 36/2014 como importante e necessária. O projeto altera a regra de cálculo do superávit primário deste ano.

Na saída da sessão, Renan disse que encerrou a ordem

do dia porque não havia consenso sobre outras matérias da pauta e informou que, na reunião de líderes convocada para hoje, será discutida uma nova convocação do Congresso Nacional. Se não houver acordo, sinalizou Renan, o Congresso deve voltar a se

reunir na próxima terça-feira.

Sobre as críticas da oposição à condução da sessão, Renan disse que a democracia pressupõe o direito de as pessoas falarem o que quiserem. Ele acrescentou que as galerias vazias foram consequência da partidização das mani-

festações que ocorreram na semana passada.

Na visão de Renan, o embate político faz parte das discussões sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Ele lembrou que já houve modificações do mesmo tipo em governos anteriores, como

em 2001 — quando Fernando Henrique Cardoso (PSDB) era o presidente da República.

— Em 2001, nós mudamos a LDO, que depois de mudada não foi cumprida. É indiscutível que toda vez que há uma mudança na LDO há uma disputa política — disse Renan.

Alvaro: flexibilização revela contas do governo no vermelho



Marcos Oliveira/Agência Senado

Alvaro Dias (PSDB-PR) classificou como “desavergonhada” a atitude do governo de editar decreto condicionando a liberação de emendas parlamentares à aprovação do projeto de lei que flexibiliza a meta do superávit fiscal definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

deste ano (PLN 36/2014).

O senador considerou inusitado o governo descumprir uma meta estabelecida por ele mesmo no projeto encaminhado ao Congresso em 2013.

Para ele, a “contabilidade criativa” do governo, com a mudança da LDO de 2014, revela ao país as contas públicas no vermelho decorrentes da ganância eleitoral e do festival de superfaturamento de obras públicas.

Viana defende alteração e diz que polêmica é injustificada



Marcos Oliveira/Agência Senado

Jorge Viana (PT-AC) defendeu a mudança no cálculo do superávit primário feita pelo Congresso na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ele lembrou que alterações à LDO são comuns e foram feitas inclusive no governo do PSDB, que teria baixado o superávit de 2,6% do PIB para 2,25%. A última

mudança, lembrou, foi no ano passado, quando o Congresso tirou da conta do superávit o resultado dos estados e municípios.

O senador disse que não entende a polêmica sobre a mudança, uma vez que ela garante emprego aos trabalhadores e saúde financeira às empresas.

— Está muito mais ligado à tentativa daqueles que, não ganhando o Planalto, não aceitam voltar para a planície. A eleição acabou — afirmou.

Humberto cobra tratamento igual no exame dos gastos de campanha

Humberto Costa (PT-PE) criticou recomendação de técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de rejeitar as contas de campanha da presidente Dilma Rousseff. O senador disse que as supostas imprecisões em despesas e receitas da campanha são mais um artifício de contestação à reeleição da presidente.

Humberto questionou se as contas de campanha dos outros candidatos estão sendo avaliadas com o mesmo rigor. Segundo ele, a prestação de contas de Marina Silva, por exemplo, não deixa claras a propriedade e a origem de um avião que ela usou na campanha.

— Por que não tratar igualmente os candidatos? Nós temos absoluta convicção de que essas contas serão aprovadas, acreditamos na Justiça, acreditamos no relator do TSE, a quem cabe a responsabilidade de dar o parecer sobre essas contas, no procurador-geral da República e principalmente no Pleno do Supremo — disse o senador.